



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
Palácio 11 de Outubro

Câmara Municipal de
Bento Gonçalves
RECEBIDO EM:
20.03.2017
às **08:59** Horas
Ass.: **d. l. c.**

Departamento Legislativo - 20 mar 2017 09:09

**PARECER EM SEPARADO DO VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER VEREADOR IDASIR DOS SANTOS**

PROCESSO: 30/2017

PROTOCOLO: 305/2017

PROJETO DE RESOLUÇÃO: 3/2017

EMENTA: Altera a redação do § 1º do Art. 12, do inciso II do Art. 45 e do Art. 52 da Resolução nº 21, de 06 de setembro de 2011.

AUTOR: VEREADOR ANDERSON ZANELLA (PSD)

O Vereador **IDASIR DOS SANTOS (PMDB)**, Vice-Presidente da Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Vereadores, após proceder à análise do Projeto de Resolução 3/2017, que “ **Altera a redação do § 1º do Art. 12, do inciso II do Art. 45 e do Art. 52 da Resolução nº 21, de 06 de setembro de 2011** ”, exara o seguinte parecer:


O presente projeto de Resolução pretende alterar os artigos regimentais correspondentes à regulamentação das sessões ordinárias na Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves, reduzindo-se de duas sessões para uma sessão semanal, retirando as sessões atualmente existentes às quarta-feiras. Ressalta, em sua justificativa, e economia que a medida poderá gerar à Câmara de Vereadores, e expõe, ainda, que a demanda ocorrente não necessita efetivamente de duas sessões semanais, até mesmo diante das prerrogativas de invocar-se sessões extraordinárias diante de eventual necessidade, as quais não geram custo ao Legislativo.

Ressalta-se que, consoante Art.146 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, tal ordenamento pode ser reformado, por iniciativa de Vereador, através de Projeto de Resolução, conforme segue:

“Art. 146. O Regimento Interno poderá ser modificado ou reformado através de projeto de resolução, de iniciativa de Vereador, da Mesa e de Comissão, com justificativa, e aprovado por maioria absoluta dos membros da Casa”.

Contudo Embora o incluso projeto atenda a técnica legislativa e, em tese, as normas infraconstitucionais de regencia, entendemos não merecer prosperar por afronta ao princípio da eficiência esculpido no Art. 37 caput da carta magna uma vez que reduz substancialmente os efeitos praticos da atividade parlamentar ao ceifar pela metade a possibilidade de discussão e apreciação de projetos de Lei e outras matérias Legislativas assim como a possibilidade de debate inerente às funções Legislativas e fiscalizadoras dos vereadores.

Diante do exposto, o Parecer do Vice-Presidente da Comissão é **DESAVORÁVEL** à sua regular tramitação e votação.


Vereador **IDASIR DOS SANTOS**
Vice-Presidente